



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM  
NECESSIDADES ESPECIAIS DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA  
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA**

**Maiane Strauss dos Santos**

**Santa Maria – RS**

**2016**

**GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM  
NECESSIDADES ESPECIAIS NUMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE  
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA**

**Por**

**Maiane Strauss dos Santos**

Monografia apresentada ao curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Alcione Munhóz

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2016**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Programa de Pós – Graduação em Gestão Educacional**

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia de Especialização.

Elaborada por

**Maiane Strauss dos Santos**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**

---

**Profª Drª Maria Alcione Munhóz (UFSM)**  
(Orientador / presidente)

---

**Profª Ms Alana Claudia Mohr (UFSM)**

---

**Profª Drª Glades Tereza Felix (UFSM)**

---

**Profª Ms Tais Guareschi (UFSM)**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2016**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por TUDO! Aos meus pais Valdir e Marli, a quem devo tudo o que tenho e sou, e aos meus irmãos Wagner e Willian que torceram por mim.

Agradeço pela grande força, pela paciência e por TUDO, admiro vocês DEMAIS! À minha querida professora e orientadora, Maria Alcione Munhóz, por quem tive, tenho e sempre terei profundo respeito e admiração. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Glades Tereza Felix, por ter aceitado o convite para compor minha banca, e as Prof.<sup>a</sup> Ms Alana e Tais , por estarem presente em mais uma das minhas conquistas. Muito obrigado por TUDO! Também aos colegas e profissionais envolvidos nos trabalhos que visitei e que não hesitaram em me receber.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos que REALMENTE torceram por mim, que me aguentaram durante esse tempo de convivência.. Muito obrigado mesmo pela paciência, pelas boas conversas, pelos jogos, pelas viagens e pelos BONS momentos que vivemos juntos. Por fim, a todas as dificuldades que enfrentei e às pessoas “pobres de espírito” que passaram pelo meu caminho, pois só me deram ainda mais força para vencer e para que a minha vitória fosse vista! Valeu.

**Obrigado a todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e para meu crescimento como pessoa. Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês.**

*Augusto Branco*

**Trabalho Final de Curso**  
**Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional**  
**Universidade Federal de Santa Maria**

**GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM  
NECESSIDADES ESPECIAIS NUMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE  
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA.**

**AUTORA: MAIANE STRAUSS DOS SANTOS**

**ORIENTADORA: MARIA ALCIONE MUNHÓZ**

**Data e local da defesa: Santa Maria, 18 de Agosto de 2016.**

**RESUMO**

O objetivo desta pesquisa é investigar como se dá o processo de implantação das políticas de educação inclusiva numa escola de educação infantil de Santa Maria/ RS. Para realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa documental que constou de um estudo em documentos oficiais tais como: Plano Nacional de Educação, Políticas públicas de Educação Inclusiva, Plano Municipal de Educação, Projeto Político Pedagógico da escola nos conteúdos referentes á educação inclusiva. No objetivo de reforçar a necessidade de repensar e refletir como são implantadas as políticas públicas de Inclusão numa escola de ensino infantil da rede municipal, analisar ás políticas da educação infantil e a educação inclusiva como um todo e averiguar se a partir das leis que constam em documentos se são procedentes na realidade da escola pesquisada.

**Palavras-chave: Políticas públicas de Inclusão, Gestão escolar, Educação Inclusiva.**

## **ABSTRACT**

The purpose of this research is to investigate how the process of implementation of inclusive education policies in a kindergarten school of Santa Maria / RS. For this work was carried out desk research which consisted of a study on official documents such as the National Plan of Education, Public Policies Inclusive Education, Municipal Education Plan, Pedagogical Political Project school in contents related to inclusive education. In order to reinforce the need to rethink and reflect how they are implemented public policies Inclusion of a children's school in the municipal network, analyze the policies of early childhood education and inclusive education as a whole and see if from the laws contained in if documents are well founded in fact the surveyed school.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>9</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICA.....</b>	<b>12</b>
2.1 – A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL .....	12
2.1.1 – <i>Legislação da educação infantil</i> .....	14
2.1.2 – <i>O currículo da educação infantil</i> .....	19
2.2– INCLUSÃO ESCOLAR.....	23
2.2.1– <i>Marco histórico da educação especial e da educação inclusiva</i> .....	28
2.3 – EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO ESCOLAR .....	30
<b>3. CAMINHO METODOLÓGICO .....</b>	<b>32</b>
3.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO/CARATERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO .....	32
3.2 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E AS PRÁTICAS DA ESCOLA .....	37
<b>4- ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>39</b>
4-1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	41
4-2 O CONCEITO DE INCLUSÃO .....	43
4-2 A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	46
<b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Antes de situar a temática abordada neste trabalho consideramos importante partilhar alguns elementos constitutivos de minha formação inicial e também experiências profissionais que influenciaram na escolha pelo tema pesquisado. Não pretendo delinear minha história de vida, mas pincelar algumas vivências e experiências que considero importantes.

Foi no ano de 2011 que iniciei minha formação no curso de Educação Especial Licenciatura Plena, na Universidade Federal de Santa Maria - RS. No entanto, mesmo antes de entrar para a faculdade já tinha curiosidade a respeito das pessoas com deficiência e com necessidades especiais. Sempre me fascinou e me inquietou a respeito de como seria a vida dessas pessoas no seu processo formativo, suas lutas de conseguir um espaço adequado e capaz de alfabetizá-los com um ensino de qualidade e educação para todos.

Então, no decorrer da minha graduação fui tendo disciplinas que me esclareceram algumas dúvidas e curiosidades. Passando o tempo comecei a prática com os estágios obrigatórios que me fez a cada dia buscar fundamentos teóricos para que eu pudesse realizar um excelente trabalho com esses alunos. Aos poucos fomos nos conhecendo e nos relacionando onde realizamos belíssimos trabalhos. Claro que cada um possuía a sua singularidade, ou seja, sua necessidade, mas nunca desistíamos, pois estávamos ali juntos para almejar e concretizar nossos objetivos, afinal cada ser humano possui sua peculiaridade e potencialidade.

Acredito que por esses momentos únicos e às vezes incertos, mas sempre com retorno positivo que escolhi minha temática que hoje me faz questionar e buscar cada dia mais subsídios positivos para quem saiba no futuro, essas pessoas com necessidades especiais tenham uma educação de qualidade e a possibilidade de uma educação inclusiva como de fato consta nos documentos.

Sendo assim, a proposta de um tema para a monografia surgiu através da minha trajetória pessoal, a partir da experiência com pessoas com necessidades especiais, no decorrer desses anos em minha graduação, bem como: da percepção de insegurança, e do desprezo desses profissionais que diante do desafio de ensinar crianças com necessidades especiais, das reflexões e dúvidas de uma graduanda incomodada com as questões que envolvem a educação inclusiva.

Foram essas experiências que motivaram meu desejo pelo estudo no campo da Gestão Educacional, no contexto da educação infantil, com objetivo de investigar como se dá o processo de implantações das práticas de educação inclusiva numa escola de educação infantil de rede municipal de Santa Maria – RS.

Trago meus objetivos específicos para reforçar meu desejo de realização desta pesquisa que são: de reforçar a necessidade de repensar e refletir como são implantadas as políticas públicas de Inclusão numa escola de ensino infantil da rede municipal, analisar as políticas da educação infantil e a educação inclusiva como um todo e averiguar se a partir das leis que constam em documentos se são procedentes na realidade da escola pesquisada.

Após a definição do tema a ser pesquisado, iniciamos a realização de uma pesquisa documental que se dá a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Essa é uma etapa fundamental em todo trabalho científico. Os documentos pesquisados são documentos oficiais, tais como: Plano Nacional de Educação, Políticas Públicas de Educação Inclusiva, Plano Municipal de Educação, Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada e conteúdos referentes à Educação Inclusiva.

Os documentos escolhidos foram selecionados para que pudéssemos dialogar com o estudo. O próximo passo após a pesquisa documental foi a realização da pesquisa de campo. Mediante a autorização tanto da direção da instituição, quanto das professoras, iniciamos a coleta de dados que foi feita por meio de entrevistas com a diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica e a educadora especial. Posteriormente foram feitas as transcrições das mesmas e realizadas a análise e interpretação de dados, com base dos documentos estudados.

Neste trabalho, para compreensão dos dados coletados e sua interpretação utilizamos a abordagem qualitativa. Dessa forma, esse estudo não procura enumerar e/ou medir eventos estudados, muito menos emprega instrumentos estatísticos na análise de dados. Este trabalho envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas que estão inseridas neste espaço pesquisado, documentos e pelo contato direto da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa, ou seja, a coordenadora pedagógica, diretora, vice-diretora e a educadora especial, através de entrevistas, procurando compreender a temática do estudo segundo a perspectiva dos sujeitos.

Neste trabalho, as discussões e análises desenvolvidas buscam reforçar a necessidade de se repensar e refletir como são implantadas as políticas públicas de inclusão numa escola de ensino infantil da rede municipal.

Atualmente, a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino tem sido um assunto muito discutido. Falar de inclusão e principalmente praticar ações inclusivas não é uma tarefa fácil, porém é necessária.

Devido a um longo processo de lutas e reivindicações, sabe-se que existem várias leis, decretos, entre outros que regulamentam e que garantem o acesso e permanência de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino. A constituição federal de 1988, por exemplo, em seu capítulo III, artigo 208, inciso III, afirma que o atendimento educacional especializado deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino.

Todavia, apesar da conquista dessa e de outras leis, encontramos muitas barreiras que impedem que as políticas públicas de inclusão sejam realmente efetivadas, dentre elas a falta de preparo dos professores e condições de trabalho; aspectos que abordaremos com maior ênfase no decorrer deste trabalho.

Esta monografia foi organizada na seguinte sequência: após introdução tem fundamentação teórica que faz uma breve revisão da literatura sobre o histórico da educação infantil, a inclusão escolar, e em seguida a gestão escolar. Descrevemos depois a metodologia utilizada, bem como, a caracterização do campo de estudo. Em seguida apresentamos a discussão e reflexões das análises dos documentos e entrevistas; que foram divididas em subitens, a saber: perfil das entrevistadas, o conceito de inclusão, preparação/formação para o trabalho com a inclusão, condições concretas do trabalho com a inclusão gestora da escola pesquisada. E, por fim, as considerações finais seguidas das referências bibliográficas, documentais e apêndice.

## 2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICA

### 2.1 – A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Atualmente tem sido muito discutido a respeito da educação infantil; sobre o atendimento das crianças de 0 a 6 anos (Kramer, 2006) e a respeito dos conceitos de infância e criança. A criança é hoje tema em várias áreas do conhecimento, no entanto, como aponta Ariés (1981) e Craidy e Kaercher (2001) a ideia que se tem hoje sobre a criança, bem como, sobre sua infância que nem sempre existiu.

Segundo o historiador Philippe Áries (1981), pode considerar que na Idade Média, o sentimento de infância não existia, assim, a criança não era considerada com suas características particulares, próprias da sua idade, que a diferem do adulto. A criança era considerada um “adulto miniatura”.

Todavia, com o passar dos anos, as concepções de criança, infância, educação infantil sofreram grandes transformações. Podemos dessa forma, ao longo dos séculos, observar inúmeras mudanças significativas, seja na maneira de entender a criança, no seu desenvolvimento ou processo educativo no qual estão inseridas. Segundo Bujes (2001), o surgimento das Instituições de Educação Infantil esteve relacionado de certa forma, com uma nova forma de perceber a infância e a criança, ou seja, foi porque houve uma modificação na sociedade, nas maneiras de se pensar o que é ser criança e a “importância que foi dada ao momento específico da infância”, destaque que antes não tinha. (BUJES, 2001, P. 13).

O surgimento das Instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) tem sido também muito associado com o trabalho materno fora do lar. Isso foi possível a partir da revolução industrial, pois, a revolução fez com que toda a classe operária se sujeitasse ao regime da fábrica e das máquinas, possibilitando a entrada da mulher no mercado de trabalho e alterando assim, a forma da família educar e cuidar dos seus filhos.

Cabe ressaltar, que durante muito tempo a educação da criança foi considerada de responsabilidade exclusiva das famílias ou do grupo social ao qual ela pertencia; pois, “era junto aos adultos e outras crianças com os quais conviviam que a criança aprendia a se tornar membro desde grupo, a participar das tradições que eram importantes para ele e a dominar os conhecimentos que eram necessários

para a sua sobrevivência, material e para enfrentar as exigências da vida adulta”. (BUJES, 2001, P. 13). Mediante isso, podemos dizer, que a educação infantil, tal como a conhecemos hoje, ou seja, realizada da maneira complementar a família, é um fato recente, nem sempre ocorreu do mesmo modo, possui, portanto, uma história. É importante mencionar que tais modificações/mudanças são consequências das transformações culturais, sociais, políticas e econômicas que vão acontecendo na sociedade.

Faz-se necessário mencionar, que observamos o surgimento das primeiras instituições a partir do final do século XVIII, primeiro nos países europeus e depois se espalhando por outras partes do mundo. Essas instituições tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças quando suas mães trabalhassem. (SILVA e VIEIRA, 2008) Segundo Kuhlmann Jr (2010), foram durante as duas décadas iniciais do século XX que se implantaram as principais instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil.

No Brasil, em 24 de março do ano de 1889, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro; instituição pioneira com grande influência e fundada pelo médico Arthur Moncorvo Filho que posteriormente abriu filiais por todo o país, e em 1929 já possuía 22 filiais, 11 delas eram creches em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Fortaleza, entre outras. (KUHLMANN JR., 2010. P.79). Outras experiências pioneiras, no curso do século XIX, No âmbito privado e público, compreenderam, no Rio de Janeiro de infância do Colégio Menezes Vieira de 1875; O Jardim da Infância da Escola Americana de 1877, bem como, O jardim de Infância Caetano de Campos, anexo à Escola Normal do Estado. (SILVA e VIEIRA, 2008).

Já durante o século XX, especificamente a partir de meados dos anos 1970, o papel dos governos estaduais brasileiros, por meio das Secretarias de Estado da Educação, foi dominante no processo de difusão de pré-escola pública, destinada as crianças de 4 a 6 anos. (SILVA e VIEIRA, 2008).

Segundo Dalben e outros (2002), no Brasil, os municípios são responsáveis por pelos menos 68 % das matrículas na pré-escola e 60,7% em creches. Podemos dizer e citar que o papel fundamental das instituições de Educação Infantil representa para as crianças pequenas que segundo Silva e Vieira (2008) apontam que tanto creches como pré-escolas cumpram suas finalidades com qualidade. Cumprir o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança em seus

aspectos psicológicos, social, intelectual ou físico, complementando a ação da comunidade e da família e também promover a igualdade de oportunidades, por meio de políticas públicas. Mediante disso é importante mencionar o que entendemos de Educação Infantil:

“A educação e o cuidado de crianças de zero a cinco/seis anos, de caráter não obrigatório e compartilhado com a família, desenvolvida em espaços institucionais não-domésticos, coletivos, públicos e privados, nomeados creches e pré-escolas. Além disso, creches e pré-escolas são consideradas instituições educacionais, que interagem sistema de ensino, segundo regulamentação específica, consoante mente com a legislação educacional e correlata”. (SILVA e VIEIRA, 2008, p.5).

Por fim, tendo em vista os apontamentos salientados, cabe entendermos que os conceitos das crianças, infância e Educação Infantil são essenciais. Entendê-los então como uma construção social significa desnaturalizá-los. Em outras palavras nem sempre expressam mesmos significados, é preciso apreender que infância e Educação Infantil carregam histórias, representações, valores, ideias que podem modificar-se ao longo do tempo e expressa aquilo que a sociedade compreende em determinado momento histórico por criança, infância, política de infância, educação, Instituição de Educação Infantil. (SILVA e VIEIRA, 2008, p.2), ou seja, não é possível entender a criança, a infância, a educação infantil e todos os aspectos a este vinculados, tomando por base somente a natureza infantil, desvinculando-a das relações sociais de produção existente em determinada realidade.

E é preciso acima de tudo, apreender que tais conceitos de hoje são difundidos e defendidos só foram conquistados devido a varias reivindicações sociais. O movimento de lutas por creche, em 1979, por exemplo, contribui trazendo ritmos e condições a expansão do atendimento as crianças e legitimou o atendimento a elas de forma geral e não mais como uma destinação exclusiva aos filhos pobres.

### **2.1.1 – Legislação da educação infantil**

No decorrer dos séculos ocorreram muitas mudanças na legislação brasileira que definiram a garantia de atenção às crianças de 0 a 5 anos. Houve um marco nessa legislação, foi com a Constituição Federal de 1988, que define a responsabilidade do Estado com a educação das crianças de 0 até 5 anos em

creches e pré-escolas. Foi proclamado juntamente “o direito dos trabalhadores – homens e mulheres, urbanas e rurais – á assistência gratuita para seus filhos dependentes de ser creches e pré-escolas”. A constituição possibilitou ainda pesquisas, ações e movimentos organizados a favor da educação para crianças pequenas e pela mudança na legislação educacional vigente.

Capítulo II dos direitos sociais

ART. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem á melhoria de sua condição social:

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade.

Necessário mencionar a criação em 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de Julho de 1990. A ECA “explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que norteiam as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação dos Conselhos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares”. (CRAIDY e KAERCHER, 2001).

Capítulo II – Do Direito á Liberdade, ao Respeito e á Dignidade:

Art. 15 – A criança e o adolescente têm direito á liberdade, ao respeito e á dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis.

Capítulo IV – Do Direito á Educação, á cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 53 – A criança e o adolescente têm direito á educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando sê-lhes:

IV – Atendimento em creche e pré-escola ás crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1990).

Mais um avanço legal para a infância foi a incorporação da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, integrando-se ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. Esta incorporação foi realizada na importante Lei 9.394-96, Lei de Diretriz e Base Nacional (LDB), criada em 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional.

Seção II – Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança ate seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social. Complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

- I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade;
- II – pré-escolas, para as crianças de quatro anos de idade (BRASIL, 1996).

É importantíssimo salientar que a incorporação da Educação Infantil à Educação Básica só foi possível devido à implantação de uma política de implantação do Ensino Fundamental de oito para nove anos de duração. O Ensino Fundamental de nove anos se configura no movimento mundial, e mesmo na América do Sul, são vários os países que o adotaram. (BRASIL, 2004)

A relevância dessa implantação política de ampliação é constatada ao se analisar a legislação educacional brasileira. Destaca a Lei nº. 4.024/1961 determinou quatro anos de escolaridade obrigatória; com o acordo de Punta Del Leste e Santiago, de 1970, estenderam-se para seis anos o tempo do ensino obrigatório. A Lei nº. 5.692/1971 estabeleceu uma extensão da obrigatoriedade para oito anos. “Já a Lei nº. 9.394/1996 sinalizou para o ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da Educação Nacional pela Lei nº. 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE)” (BRASIL, 2007). Em 16 de maio de 2005, a Lei nº. 11.11 altera a LDB e torna obrigatório a matrícula das crianças de seis anos de idade no ensino fundamental. Enfim, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº. 11.274 instaura o Ensino Fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010. (BRASIL, 2007)

“Com a aprovação da Lei no 11.274/2006, ocorrerá a inclusão de um número maior de crianças no sistema educacional brasileiro, especialmente aquelas pertencentes aos setores populares, uma vez que as crianças de seis anos de idade das classes média e alta já se encontram majoritariamente, incorporados ao sistema de ensino – na pré-escola ou na primeira série do ensino fundamental”. (BRASIL, 2007).

No ensino Fundamental de nove anos, o objetivo é assegurar a toda a criança um tempo maior de convívio escolar, bem como, maiores oportunidades de aprender e com isso ter uma aprendizagem de qualidade. Todavia, que não se trata de transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades da tradicional primeira série, mas de conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos em um Ensino Fundamental de nove anos, considerando sempre o perfil dos alunos.

Importante também apontar que se faz necessário dizer que a obrigatoriedade da matrícula das crianças de 4 e 5 anos de idade na Educação Infantil (pré-escola). Como foi abordado que neste trabalho – mas ainda com a intenção de reforçar - a Educação Infantil, ofertada em creches e pré-escolas às crianças e dever do Estado desde a Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 208. As creches destinam-se as crianças de até 3 (três) anos e a pré-escola para as de 4 e 5 anos. Por tanto ainda que seja direito assegurado as crianças, a Educação Infantil mostra uma oferta restrita e desigual. (BARRETO, 2012).

Diante disso a emenda de Constituição nº. 59/2009 estabelece a obrigatoriedade da matrícula das crianças na pré-escola, buscando-se assegurar o direito de todas as crianças de 4 e 5 anos de idade a Educação Infantil. Cabe ressaltar que até então apenas o Ensino Fundamental (que compreende a faixa etária dos 6 aos 14 anos) era obrigatório.

A emenda Constitucional nº. 59 de 11 de Novembro de 2009 estabelece em seus artigos 1º e 6º:

Art. 1º Os iniciais I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 208.

I – Educação básica obrigatória e gratuita dos (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegura inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (NR)

VII – Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (NR)

Art. 6º - O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implantado progressivamente, até 2016, nos termos Plano Nacional De Educação, com apoio técnico e financeiro da União. (BRASIL, 2009).

Segundo Barreto (2012), a obrigatoriedade da matrícula na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos pode representar um avanço desde que inclua todas as crianças, sem discriminação de qualquer natureza, e perante a oferta padrão de qualidade adequada a finalidade para a educação infantil: o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, social e intelectual, juntamente com a ação da família e a comunidade (Artigo 29, da Lei nº 9.394, de 1996).

Tendo em vista todos os apontamentos feitos, pode-se dizer que a Constituição de 1988 assegurou o direito da criança de 0 a 6 anos à educação em

creches e pré-escolas, onde foi confirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a tradição deste direito em normas e diretrizes, no âmbito da educação nacional. Representava um marco histórico de grande relevância para a educação infantil no Brasil.

Saliento também que com base no documento do Ministério da Educação: Dúvidas mais frequentes sobre a Educação Infantil (2013), bem como, em Silva e Vieira (2008) que as instituições de ensino podem ser caracterizadas como públicas ou privadas. Desta forma, as instituições públicas são criadas ou inseridas e são mantidas e administradas pelo poder público federal, estadual, distrital e municipal. As instituições privadas são administradas e mantidas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e interagem as seguintes categorias: particular ( com fim lucrativo), comunitárias, confessional e filantrópica ( sem fim lucrativo) sendo assim podem ser definida como:

- . Instituições comunitárias: são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos, que incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade (LDB, art. 20, inciso II);
- . Instituições confessionais: são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem à orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior (LDB. Art. 20, inciso III);
- . Instituições filantrópicas: são instituições por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, de direito privado, e possuem certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), (Ministério da Educação, 2013).

Onde é importante esclarecer essas questões, pois, muitas creches ou pré-escolas são comunitárias ou filantrópicas e sobrevivem com recursos públicos advindos de convênios. Com essas configurações da Educação Infantil e seus sujeitos (as crianças), uma nova entidade e também uma nova exigência de formação foram atribuídas ao educador que atua em Instituições de Educação Infantil. Mediante isso, a formação desses profissionais como professor ou docente. Segundo consta na LDB (1996) que deverá ser:

#### Titulo VI dos Profissionais da Educação

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores, admitidas, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras

serie do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

O que saliento até aqui é para mostrar que a educação infantil como direito tem um campo em construção. Além de requerer conhecimentos e atuação específicos, e de ser um campo de trabalho, sobre tudo de mulheres, a educação infantil, como toda a política pública é um campo de lutas: lutas por significados, por valores que orientam a organização das leis, das políticas e dos programas. (SILVA e VIEIRA, 2008, P. 7).

### **2.1.2 – O currículo da educação infantil**

O uso do termo currículo no contexto escolar e sua vinculação com o delineamento das atividades educativas é recente. Assim, “o significado do termo currículo é de uso recente e sofreu e sofre modificações para se adequar a contextos históricos e culturais distintos, o que dá certa polissemia”. (WIGGERS, 2007, p. 38) O termo currículo é de origem Latina (currus = termo de origem latino), que significa carruagem ou um lugar no qual se corre. Seu uso metafórico em educação aponta para a busca de um caminho, uma direção que orientaria o processo para atingir determinada finalidade. (WIGGERS, 2007)

A autora citada acima se mencionou que currículo é:

“Resultado de um processo histórico e social marcado pelos conflitos, rupturas e contradições, o que o impulsiona em direção a novas e renovadas formas de compreensão e conceitualização”. O currículo é visto, pois, como artefato social e cultural que se vincula aos contextos sociais, econômicos, culturais e político de uma sociedade, centrado numa epistemologia social do conhecimento escolar, preocupado com os determinantes e políticos do conhecimento educacional organizado “. (WIGGERS, 2007, p. 39)”.

No que se diz a respeito à Educação Infantil, Oliveira (2010) menciona que o debate concedente do currículo na Educação Infantil tem gerado muitas divergências entre professores de creches e pré-escola, bem como educadores e profissionais afins. Além de esse debate incluir diferentes visões de família, de crianças, e de funções da creche e da pré-escola, e para muitos educadores e especialistas na área, a Educação Infantil não deveria envolver-se com a questão do

currículo, devido ao termo em geral estar associado a escolarização, tal como vivida no Ensino Fundamental e Médio e associado á ideia de matérias escolares e disciplinas.

“Receosos de importar para a Educação Infantil uma estrutura e uma organização que têm sido muito criticadas, referem usar a expressão ‘ projeto pedagógico’ para se referir á orientação dada ao trabalho com as crianças em creches ou pré-escolas”. (OLIVEIRA, 2010. P. 4) Dessa forma, o termo projeto pedagógico diz respeito ao plano orientador das ações das instituições.

“Ele define as metas que se pretende para o desenvolvimento dos meninos e meninas que nela são educados e cuidados. É um instrumento político por ampliar possibilidades e garantir determinadas aprendizagens consideradas valiosas em certo momento histórico”. (OLIVEIRA, 2010, p.4).

Oliveira (Brasil, 1996, 1996 apud wiggers 2007) destaca no currículo, entre outras indicações, a importância dos processos interativos para constituição humana e seus contextos culturais e sociais.

“Nessa posição se colocam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2009 ( Parecer CNE/CEB nº 20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09), que representam uma valiosa oportunidade para se pensar como e em direção atuar junto ás crianças a partir de determinados parâmetros e como articular o processo ensino aprendizagem na Escola Básica”. (OLIVEIRA, 2010, p. 1).

De acordo constam nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, as propostas pedagógicas para a Educação Infantil devem respeitar três princípios. Onde destaco aqui, o que considero relevante e importante e que se articula com a questão da inclusão escolar:

“Princípios éticos”:

- Da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e ás diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Construir atividades de respeito e solidariedade, fortalecendo a auto-estima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoa “. (BRASIL, 2010, p. 8).

Nos aspectos discutidos na pratica educativa da criança pequena, destacam-se dois aspectos que considero importantes e principais: o brincar (eixo central do

currículo) e a relação do cuidar e educar. Assim, concedente ao brincar, cabe dizer que a brincadeira deve ser compreendida como uma atividade social própria da criança, ou seja, constitutiva da criança, é uma das diferentes linguagens que se destacam na infância. Segundo o autor Veiga (2008) diz que o brincar deve ser uma atividade privilegiada no trabalho com crianças pequenas.

O brincar deve possibilitar, dentre outras coisas, o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, a construção do eu e as relações pessoais, o ingresso no mundo simbólico por meio da fantasia e do faz de conta e a expressão de ideais, sentimentos e emoções. Através da interação proporcionada pela brincadeira é possível à criança adquirir funções importantes como: percepção, atenção e, sobre tudo imaginação. (SECCHI e ALMEIDA, 2006).

“O brincar na Educação Infantil é uma atividade social relevante, cujas ações e imaginações possibilitam oportunidades singulares para as crianças. Só se vive a infância na sua plenitude uma única vez na vida. Portanto, as atividades que privilegiam o brincar constituem possibilidades reais para as crianças interpretarem e compreenderem o mundo adulto. Nas brincadeiras, a criança desenvolve suas capacidades imaginativas, que se constitui em função interpretativa e compreensiva da realidade”. (SECCHI e ALMEIDA, 2006, P. 2).

Certamente as crianças com necessidades especiais Vasconcellos (1998, p. 57 apud Veiga 2008, p. 187) menciona sobre o brincar que “são necessárias algumas modificações no ambiente para que as crianças descubram, inventam e inaugurem lugares para brincar, conduzindo as atividades de jogos, segundo objetivos por elas definidos”.

Quanto ao segundo aspecto (relação entre cuidar e educar), cabe-se em dizer que a educação de crianças pequenas envolve dois processos indissociáveis e complementares: educar e cuidar. Todavia é importante salientar que essas duas funções nem sempre foram entendidas e praticadas como processos indissociáveis. Sendo que antigamente as instituições de Educação Infantil possuíam uma conotação assistencial, que as crianças passavam o dia todo na escola para seus pais trabalharem. Nesse tempo, os papéis de profissionais nas instituições eram bem demarcados, pois, determinado profissional era responsável pelo cuidado, enquanto outro era pela educação.

No entanto a visão com o passar dos anos tem sido suprida. Desta forma, segundo Bujes (2001) o cuidar inclui preocupações que vão desde a organização

dos horários de funcionamento da creche, a preocupação pela organização do espaço, pela atenção aos materiais que são oferecidos às crianças, pelo respeito às manifestações da criança, até mesmo a consideração de que a creche não é um instrumento de controle da família.

A educação se refere ao momento no qual a criança vive, em que a interação com as pessoas e as coisas do mundo vai levando a atribuir significados naquilo que a cerca. “Este processo faz com que a criança passa a participar de uma experiência cultural que é próprio de seu grupo social é o que chamamos de educação”. (BUJES, 2001, p. 16).

Educar e cuidar são imbuir à ação pedagógica, ou seja, a prática pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão do desenvolvimento da criança, baseando-se em concepções que respeitam a diversidade, o momento e a sua realidade peculiar à infância. Significa apreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige um esforço particular e mediação dos adultos, como forma de propiciar e favorecer ambientes que estimulem a curiosidade.

Para Bujes (2001):

“Ao considerarmos que a educação infantil envolve simultaneamente cuidar e educar vamos perceber que esta forma de concebê-la vai ter consequências profundas na organização das experiências que ocorrem nas creches e pré-escolas, dando a elas características que vão marcar sua identidade como instituições que são diferentes da família, mas também da escola (aquela voltada para as crianças maiores de sete anos)”. (BUJES, 2001, p. 17).

Enfim cabe a escola salientar a importância de outro elemento presente no currículo da Educação Infantil: a avaliação. Segundo Oliveira (2010) na Educação Infantil a avaliação da aprendizagem é caracterizada como instrumento de reflexão sobre as práticas pedagógicas do professor/educador. Ela visa busca pelo professor/educador melhores caminhos para orientar as crianças. Apontando que as avaliações das aprendizagens devem se fundar na observação sistemática dos comportamentos de cada criança, utilizando para isso vários registros (relatórios, fotografias, desenhos, etc.) que devem ser feitos ao longo do período e em diversos momentos.

## 2.2– INCLUSÃO ESCOLAR

O termo inclusão abrange muitos sujeitos (negros, indígenas, homossexuais, deficientes, etc.) em diversos campos (inclusão escolar, cultural, social, etc.). Segundo Lima (2006) o termo inclusão propõe a modificação da sociedade para torná-la capaz de acolher todos. Mediante disso, cabe salientar, que dentre os sujeitos e diversos campos, optamos por estudar, refletir e compreender sobre a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais.

São consideradas pessoas com necessidades especiais aquelas que apresentam necessidades próprias e diferentes que requerem atenção específica em virtude de sua condição de deficiência. Genericamente também são chamados de portadores de necessidades especiais. São pessoas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social.

Sabemos que tem sido muito discutido e problematizado as questões sobre a Educação Inclusiva e seus atores, na busca por uma educação de qualidade e significativa, bem como pela tentativa de efetivar a inclusão. Porém a preocupação com a educação das pessoas com necessidades especiais no Brasil é algo recente, tendo iniciado realmente no século XIX inspirado em experiência norte-americana e europeia. (RÉUS e CAVALARI, 2010).

No entanto, é importante mencionar pessoas com necessidades especiais que vêm sofrendo ao longo do tempo com uma série de preconceitos e exclusão nas atividades sociais. Isso ocorre devido á falta de informação sobre a deficiência, gerando os preconceitos e distorções, assim como pela limitação, sejam elas auditivas, motoras, mentais, visuais, entre outras, e pelas dificuldades da sociedade em conviver com o diferente.

Nos debates as formas de interagir com as pessoas com necessidades especiais foram se transformando e se modificando ao longo dos séculos. Segundo Lima (2006), muitos deficientes foram considerados inferiores, incapazes e inválidos, antes de serem vistos como cidadãos com direitos e deveres. Afirma ainda, tendo como referência Pessotti (1986), que na antiguidade e na idade média “acreditavam

que muitas pessoas com necessidade especial eram portadoras de doença contagiosas ou estavam possuídas pelo demônio”. (Lima, 2006, p. 27).

Monteiro (2003) tomando referência juntamente com Pessotti (1984) revela que nos períodos mencionados acima existia um desconhecimento acerca das pessoas com alguma necessidade especial, situação que favorecia a marginalização das mesmas. “ Assim o deficiente recebia um tratamento social ambíguo, ora poderia ser considerado uma pessoa maligna e seu fim era a condenação á fogueira, ora, se fosse visto como enviado divino, onde recebia cuidados assistenciais, ora apenas abandonado, mas não escapava da exclusão social”. (MONTEIRO, 2003, p.21).

Diante essas situações atribuíam um status de inferioridade diante das pessoas que não possuíam necessidades. Para as crianças a referida situação foi agravada devido à representação da infância (serem vistas como uma réplica do adulto, miniatura do adulto), como alguém incapaz, inacabado, incompetente para atuar no mundo sem ajuda de outras pessoas. “Desse modo à criança deficiente foi duplamente penalizada em sua representação social, reforçando-se os estereótipos que colocam uma condição de inferioridade e incapacidade diante dos adultos e das pessoas que não possui deficiências”. (Veiga, 2008, p.171). Podemos considerar que esse período anterior o século XX foi predominante marcado pela exclusão social dos deficientes.

Sendo assim, de acordo com Réus e Cavalari (2010), podemos dividir o histórico do atendimento às pessoas com deficiências em quatro períodos:

Até o ano de 1854 onde a pessoas com necessidades especiais de qualquer natureza – seja física, sensorial, ou mental – eram excluídas tanto do meio familiar como da sociedade. Portanto eram acolhidas em asilos e instituições de cunho religioso e/ou filantrópico onde passava a vida toda sem receber um atendimento especial de modo que pudesse torná-los produtivo.

Rodrigues (2005) salienta que no século XVII começa a surgir trabalhos com caráter científico onde tentam explicar as causas da deficiência, afirma que também no ano de 1770, em Paris que Charles Michel Eppée fundou a instituição especializada na educação de “surdos-mudos”. Ainda Rodrigues (2005), no período de 1817 a 1850 foram criadas muitas instituições para a educação de surdos, cegos e “retardados mentais” em diversos países tanto na Europa quanto na América.

Nos anos de 1854 e 1956, se observa o gradual aparecimento de algumas escolas de caráter privado, ou cuja ênfase era no atendimento clínico especializado. A sociedade neste período começa a apreender que os deficientes poderiam também ser produtivos. Os atendimentos dessa forma foram transferidos lentamente do âmbito da saúde para a educação.

No período de 1957 a 1993 foi marcado por ações oficiais do âmbito nacional:

“A educação especial se estabeleceu como sendo uma modalidade de educação escolar, que assegurava um conjunto de serviços educacionais especiais, organizados nas diferentes instituições de ensino, sendo apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns. O objetivo era de garantir o acesso à educação escolar formal e desenvolver as potencialidades dos alunos”. (RÉUS e CAVALARI, 2010, p. 204-205).

No ano de 1990 se institui os primeiros ensaios da Política de Educação Inclusiva. Isso se deu à participação do Brasil na Conferência Mundial sobre a Educação para todos, na cidade de Jomtien na Tailândia. Então desde 1994, a concepção da educação inclusiva obteve um processo de atualização e realização de práticas e de produção de sujeitos, um processo que envolve diferentes táticas e estratégias, e estas ainda necessitam da educação especial.

Baseado na Declaração de Salamanca (UNESCO 1994) “que ampliou o conceito de necessidade educacional especial e defendeu a necessidade de inclusão dos alunos especiais no sistema regular de ensino, tendo por principio uma Educação para todos”. (Réus e Cavalari, p. 204-205).

Compreende-se que a situação na qual vivem as pessoas com deficiência foi alterada com a revolução do humanismo e também com a mudança da sociedade, propiciada pela interação com as pessoas com deficiências, sendo assim vislumbramos uma sociedade mais fraterna e cooperativa. Segundo Castro (2011) menciona que ao longo da trajetória da educação especial às pessoas com deficiência tornaram-se cada vez mais ativas, constituindo organizações próprias, integradas por seus familiares em defesas de melhores condições de vida. (CASTRO, 2011, p. 68).

Diante disto, cabe exaltar que tanto a educação especial quanto na educação inclusiva foram impulsionadas pelos movimentos sociais que buscavam e ainda busca reverter processos históricos de exclusão social e também educacional. O

movimento mundial pela educação inclusiva, por exemplo, “é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (MEC/2008). Sendo o direito do aluno com necessidades educacionais especiais a educação – e de todos os cidadãos de forma geral – é um direito constitucional.

Cabe salientar que ao longo do texto, tivemos dois termos citados muito importantes onde foram abordadas a educação especial e educação inclusiva. É essencial apreendermos a diferença entre os ambos. Dessa forma a educação especial se refere ao atendimento e educação de pessoas com deficiência e/ou transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas. “A educação especial (...) vista oferece escolaridade apesar de segregar os indivíduos com necessidades educativas especiais”. (RÉUS e CAVALAR, 2010, p. 203) Conforme consta no capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996, Educação Especial:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.  
3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996).

Já na Educação Inclusiva:

“(...) não é apenas a simples colocação em sala de aula, significa a criação de uma escola onde pessoa com e sem deficiência possam conviver e estudar em ambiente onde os indivíduos apreendem a lidar com a diversidade e com a diferença”. (RÉUS e CAVALARI, 2010, p. 203).

De acordo com o documento “Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” a educação inclusiva “constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis (...)”. (MEC/2008).

Para Montoan (2003) se o que desejamos é uma escola inclusiva é urgente que seus planos se redefinam, para garantir uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza a diferença. Afirma que:

“A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de níveis básicos), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, de modo como ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada”. (MANTOAN, 2003, P.32).

Segundo o autor Castro (2011) atualmente vivemos em um processo de adequação da sociedade para as necessidades de seus membros, ou seja, a inclusão social. Segundo o dicionário online Aurélio, o termo inclusão caracteriza o ato de efeito incluir. Significa uma relação de pertencimento, ou seja, tornar os membros da sociedade participantes sociais, assegurando o respeito a seus direitos e a suas particularidades e especificidades.

A autora menciona que a “inclusão postula uma reestrutura do sistema de ensino, com objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e trabalhe em suas singularidades” (CASTRO, 2011, P. 69). Veiga (2008) referindo-se a Sasaki, que menciona que a “inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade, buscam em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (p.172). A educação inclusiva deve garantir que as crianças convivam desde a mais tenra infância uma com as outras, sem que haja discriminação ou segregação dos que apresentam alguma deficiência ou diferença.

De acordo com os apontamentos realizados cabe ressaltar a extrema relevância das Instituições De Educação Infantil, pois percebemos que é nessa etapa que se possibilitam construções significativas e ativas de conhecimentos e socializações. Portanto se faz necessário à discussão pedagógica acerca da inclusão que tem pontuado a importância dos currículos não estarem apenas centrados na diversidade, mas na diferença, concebida como processo, com uma pedagogia e currículo que não se limitam apenas a celebrar a identidade e a diferença, mas que buscam problematizá-las. Dessa função social a escola não pode se furtar porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente é inevitável.

É um problema pedagógico e curricular, não apenas porque as crianças em uma sociedade atravessada pela diferença forçosamente interagem com o outro no espaço escolar, mas porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de

ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. A escola como espaço inclusivo enfrenta inúmeros desafios, conflitos e problemas que devem ser discutidos e resolvidos por toda comunidade escolar. Essas situações desafiadoras geram novos conhecimentos, novas formas de interação, de relacionamentos, modificação nos agrupamentos, na organização e adequação do espaço físico e no tempo didático, o que beneficia a todas as crianças.

A sala de aula inclusiva propõe um novo arranjo pedagógico: diferentes dinâmicas e estratégias de ensino para todos, e complementação, adaptação e suplementação curricular quando necessários. A escola, a sala de aula e as estratégias de ensino é que devem ser modificadas para que o aluno possa se desenvolver e aprender.

A organização do espaço, a eliminação das barreiras arquitetônicas (escadas, depressões, falta de contraste e iluminação inadequada), mobiliários, a seleção dos materiais, as adaptações nos brinquedos e jogos são instrumentos fundamentais para a prática educativa inclusiva com qualquer criança pequena. Eles se tornam condições essenciais e prioritárias na educação e no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais.

Nesse universo de transformação da ação educativa, centros de educação infantil públicos e privados já vêm desenvolvendo projetos de inclusão com sucesso, recebendo crianças com todas as deficiências, inclusive múltiplas deficiências.

### **2.2.1– Marco histórico da educação especial e da educação inclusiva**

Segundo os autores Pereira e Santos (2009) a preocupação com a inclusão de crianças com necessidades especiais no âmbito do ensino regular passou a fazer parte da rotina de educadores e profissionais do ensino, assim como de legisladores, na década de 1960, quando pela primeira vez, a Lei de Diretriz de Bases de Educação, Lei nº 4.024/61 fez menção ao atendimento deste público ( ao tratar da educação de excepcionais nos artigos 88 e 89).

Em junho de 1954, vislumbramos o marco histórico da inclusão com a declaração de Salamanca. Onde a declaração é consequência de Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), também é conhecida como Declaração de Jomtien. A declaração de Salamanca tem como principio fundamental:

“O de que todas as crianças têm direito á educação como meio de alcançar um nível adequado de desenvolvimento, em que características individuais, habilidades e necessidades, que lhe são particulares, serão respeitadas. Para isso, os sistemas de ensino devem ser organizados com vista a atender também um publico, cujas diferenças, entre os diferentes, podem ser mais acentuadas, os chamados alunos com necessidades especiais”. (PEREIRA e SANTOS, 2009, P. 265).

Observamos também a importância da Lei de Diretriz e Bases da Educação 9394/1996 – LDB-, reflexo da Declaração de Salamanca no Brasil, que institui que a criança tem assegurado o direito de ampliarem seus níveis sócios afetivos e cognitivos, uma vez que as vagas foram garantidas nas escolas públicas. Estabelecer também normais para a Educação Especial:

#### Capitulo V – da Educação Especial

Art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender ás peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sai integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996).

Cabe mencionar também a Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, “o qual afirma que pessoas com necessidades tem os mesmos direitos humanos e liberdade fundamental que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão, que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais”. (PEREIRA e SANTOS, 2009, P. 270-271). Considerando conforme consta no documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva:

“Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em suas organização curricular formação docente voltada para a atenção á diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”. (MEC/ 2008).

As conquistas de leis voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais só foram possíveis devido a manifestações de movimentos que reivindicava melhorias nas políticas públicas, bem como mudanças de perspectivas educacionais.

### **2.3 – EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO ESCOLAR**

Segundo Veiga (2008) a inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil, seja em creches, pré-escolas ou similares é um tema polêmico.

“Muitas vezes, as pessoas que se propõem a cuidar dessas crianças se sentem perdidas e angustiadas, seja pela dificuldade na relação com elas, seja pelas distorções e preconceitos advindos da falta de informação sobre a deficiência e suas conseqüências no desenvolvimento e aprendizagem das crianças (...)”. (VEIGA, 2008, P. 169).

É importante destacar que tanto os pais, quanto os professores, e por que não dizer que todos os funcionários das instituições precisam desenvolver um processo contínuo de reflexões a respeito da inclusão e seus sujeitos. Quando nos referimos á inclusão escolar no âmbito da Educação Infantil, temos um respaldo legal para garantir esse acesso.

No que consta na LDB, concedente as pessoas com necessidades especiais:

“Capítulo V – da Educação Especial”.

3º. A oferta de educação especial deve constitucional do Estado, tem início na faixa de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais

I – Currículo, métodos, técnicas recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades”. (BRASIL, 1996).

O trabalho com crianças com necessidades especiais nas instituições de educação infantil envolve o enfrentamento de muitos desafios por parte dos profissionais: envolvidos nessa tarefa. “Desde a mudança de concepção e de postura perante esse sujeito até a própria capacitação para trabalhar com elas”. (VEIGA, 2008, P.177).

Cabe ressaltar e mencionar que em uma instituição que desenvolva uma proposta inclusiva:

“A Educação Infantil deve, ainda respeitar o princípio da Educação para todos, que é o de educar, sem distinção, todas as crianças, garantindo-lhes uma educação de qualidade, que atenda suas necessidades e especificidades. Isso pressupõe fazer modificações na estrutura organizacional e na proposta pedagógica da instituição, além de requerer investimento nos recursos humanos, buscando eliminar preconceitos e barreiras, conscientizar para alunos e professores: investir na formação de profissionais da educação” (VEIGA, 2008, P. 178-179).

Então ressalto que é importante salientar que para uma educação de qualidade para todos, com materiais e equipamentos apropriados, com capacitação de professores, bem como, adaptação arquitetônica é preciso financiamento. Nesse sentido, é preciso que as questões que envolvem as pessoas com necessidades especiais, sejam vista como propriedade pelos governantes e também ações inclusivas estejam presentes em seus planos de governo. (LIMA, 2006, VEIGA, 2008).

### **3. CAMINHO METODOLÓGICO**

Esta pesquisa é considerada um estudo de caso e segue a orientação das abordagens qualitativas da pesquisa em educação. A pesquisa tem como objetivo investigar como se dá o Processo de Implantação da Política de Educação Inclusiva numa escola de Educação Infantil da rede Municipal de Santa Maria - RS. Assim, este estudo de caso permitiu conhecer melhor a implantação de Políticas Públicas e a Educação Inclusiva na rede Municipal de Santa Maria – RS.

Para a realização deste estudo específico, utilizou-se como instrumento de coleta de dados: observação da instituição objetiva de pesquisa, análises documentais, entrevista com a diretora, vice-diretora, educadora especial e coordenadora pedagógica. Além disso, analisaram-se pareceres pedagógicos e as entrevistas familiares realizadas com cada mãe dos alunos incluídos.

Com estes dados foi possível conhecer os perfis dos educandos e dos sujeitos principais da pesquisa. Durante o desenvolvimento desse trabalho consegui ter uma compreensão maior sobre a temática escolhida que resultou na produção dessa pesquisa. Foram a partir das observações e as entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa, que produzi o presente estudo de caso.

Que traz várias reflexões referentes aos sujeitos pesquisados, o local que foi realizado essa pesquisa, às trajetórias. O estudo foi concluído com êxito, revelando a grande vontade de expandir meus conhecimentos referentes às Políticas Públicas de Inclusão que são grandes assuntos discutidos no momento.

#### **3.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO/CARATERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO**

A escola pesquisada se localiza na região central de Santa Maria, foi inaugurada em 27/12/1978. Teve origem com o apoio da Universidade Federal de Santa Maria, dando aula de expressão corporal, vocal, musica e desenho. Objetivo era atender crianças de 4 e 5 anos.

No decorrer dos anos a escola passou a fazer parte da Secretária Municipal de Bem Estar social e ser mantida pela Prefeitura de Santa Maria. Em 1996 houve a implantação da LDB 9394/96, sendo que neste momento a Educação Infantil passou ser um dever do Estado e um direito da criança, passando o estabelecimento para a

Secretaria Municipal de Educação (SMED) quando o que era apenas atividades recreativas passa a ser uma escola, denominando-se Centro de Educação Infantil.

No ano de 2004 a escola obteve autonomia financeira, onde o Governo Federal passa verba através do conselho escolar. A referida verba vem custear as despesas da escola no seu funcionamento onde é supervisionada pelo Conselho Escolar, onde o mesmo aprova o Plano de aplicação e o gasto de cada repasse.

O conselho Escolar foi constituído em 2004, pela 1ª vez, acontecendo em forma de eleição com os votos de pais, professores e funcionários, e que tem como objetivos deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras no âmbito escolar.

A Associação de Pais e Mestres foi constituída em Março de 2011, com eleições diretas, dando mais um passo na autonomia financeira e gestão democrática. Atualmente a diretora tem dez anos de trabalho e dedicação a esta escola, pois está a frente da demanda desde 20 de outubro de 2006 onde se elegeu duas vezes com um porcentual alto dos votos obtidos.

Hoje a escola conta com duas turmas de Pré-escola B com crianças de 5 anos divididas em dois turnos manhã e tarde, quatro turmas de Pré-escola A também dividida em dois turnos com crianças na faixa etária de 4 anos, uma turma de maternal Integral II com faixa etária de 3 anos, duas turmas de Materna II (turno manhã e tarde) com crianças de 2 anos e uma turma de Berçário II no turno da tarde, perfazendo um total de 385 alunos.

Os alunos das turmas integrais recebem três ou mais refeições diárias de acordo com a faixa etária: café ou mamadeira, almoço e lanche. No seu quadro de funcionário conta com uma diretora, uma vice-diretora, uma coordenadora, uma professora no apoio pedagógico, duas educadoras especiais, dez professoras, vinte e dois estagiários (as) e 4 auxiliares de serviços gerais.

Quanto aos aspectos da Inclusão possui 15 alunos nas diferentes faixas etárias, onde são assistidos pelas educadoras especiais estando nas salas de aulas regulares e na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A mesma auxilia e orienta o corpo docente nos seus trabalhos com diferentes alunos incluídos que frequentam a escola. Também conta com uma sala multifuncional enviada pelo MEC, para desenvolver suas atividades com qualidade aos alunos incluídos.

O atendimento AEE segue as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva publicada pelo MEC em 2008. Para implantar esta política vários documentos legais foram lançados. O trabalho é norteado pelos seguintes documentos legais: Decreto nº. 7.611/2011, que corrobora as orientações para a construção de sistemas educacionais inclusivos, que garantam às pessoas com deficiência o acesso ao sistema regular de ensino. Para a efetivação do direito inalienável à educação.

O Atendimento Educacional Especializado e sua forma de financiamento pelo Fundeb; Nota Técnica SEESP/GAB nº 11/2010 contendo orientações para institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em salas de recurso; Nota Técnica SEESP/GAB nº19/2010 - MEC/SEESP/GAB que trata dos profissionais de apoio para alunos com necessidades especiais e transtornos globais do desenvolvimento matriculado nas escolas comuns da rede pública de ensino e Resolução MEC/CNE/CEB nº. 4/2009, que instituí as diretrizes operacionais do AEE na Educação Básica. Neste documento em específico podemos destacar as seguintes orientações:

“O AEE tem função complementar ou suplementar a formação do aluno por meios da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”.(Art.2º)

#### O público alvo do AEE: (Art. 4º)

I – Alunos com deficiências: aqueles que têm impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II \_ Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno degenerativo da infância (psicoses) e transtornos evasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento em áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

#### São atribuições do professor do AEE: (Art.13º)

I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação especial;

II- Elaborar e executar plano de AEE, avaliando a funcionalidade ea aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

- III – Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – Estabelecer parcerias com áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – Orientar professores e famílias sobre recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – Ensinar a usar tecnologia assistida de forma a ampliar habilidades funcionais do aluno, promovendo autonomia e participação;
- VIII – Estabelecer articulação com professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e de estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Assim, com base nesses documentos entendemos o novo papel da educação especial na escola, que através do AEE passa a ter um papel complementar e/ ou suplementar ao ensino comum; que a atuação dessa modalidade de ensino se inicia na Educação Infantil justificando, portanto a implantação do AEE nesse nível de ensino. O atendimento educacional especializado, não caracteriza e não pode substituir as funções do professor responsável pela sala de aula da escola comum de ensino regular, que tem alunos com necessidades especiais.

Fica claro o que é Atendimento Educacional Especializado, quais seus objetivos, público alvo e qual o profissional habilitado para atuar nesse espaço; onde o AEE deve ser realizado apontando a necessidade de existência de salas de recursos multifuncionais bem como o seu conceito; quem tem competência para, articulado com o professor da sala comum, a família e demais profissionais envolvidos com o aluno, elaborar e executar os planos de AEE e ainda quais são as atribuições do professor de AEE. Esclarece ainda que entre os serviços de educação especial que o sistema deve prover ao profissional de apoio às atividades de locomoção, higiene e alimentação auxiliando individualmente os alunos que não realizam essas atividades com independência.

Para além das práticas pautadas em documentos legais existe na escola o entendimento da importância do papel da Educação Infantil no sentido de oportunizar ao educando, logo nos primeiros anos de vida, estímulos e vivências significativas que irão se transformar em aprendizagens e muni-los de competências e conhecimentos que poderão ser acessados mais tarde, no ensino fundamental.

Sendo assim, fica clara a importância da educação inclusiva na educação infantil e mais ainda as peculiaridades da atuação do professor do AEE junto a esse

aluno. Entendemos que essa atuação vai além do atendimento individual devendo perpassar o ambiente da sala de aula comum com todos os seus componentes, professor, colegas, estagiários, metodologia, planejamento e tantos outros fatores que irão influenciar direta ou indiretamente no sucesso do processo de inclusão.

A inclusão na Educação Infantil diferencia-se daquela que ocorre nos demais níveis de escolarização, pois, além da aprendizagem cognitiva devemos levar em conta as questões referentes a estimulação essencial, adaptação e socialização. Sendo assim entendemos que o principal espaço, aquele do qual a criança deve se apropriar inicialmente é o espaço da sala de aula e ali se entender como sujeito que age e interage social e pedagogicamente. Para tanto a atuação do professor de AEE deve ser no sentido de orientar, apoiar, subsidiar, buscar meios, estratégias e técnicas que auxiliem o professor de sala de aula comum no seu trabalho diário e assim facilitem tal apropriação por parte do aluno. Em contra partida, o atendimento individualizado, na sala de recurso multifuncional, esse professor irá atuar buscando estimular cada aluno de forma mais pontual visando instrumentalizá-lo com elementos facilitadores do processo de inclusão.

Dessa forma o AEE na escola pesquisada poderá acontecer em dois espaços de acordo com as necessidades de cada aluno, sala de aula na qual o aluno se encontra incluído e na sala de recursos multifuncional.

Esse é um trabalho que não tem caráter clínico e deve acontecer em parceria entre todos os envolvidos na inclusão do aluno, pais, professores, direção, coordenação e demais membros da comunidade escolar.

Portanto todas essas práticas educativas acontecem no seguinte horário de entrada para alunos integrais das 08:00 às 17:00 e para os de um turno é das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00, onde tem o início de suas atividades em fevereiro e o término é dezembro, durante o mês de julho as turmas tem recesso, juntamente como as demais escolas da Rede Municipal.

A escola também possui projetos que estão sendo desenvolvidos com a coordenação da professora e equipe pedagógica.

### 3.2 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E AS PRÁTICAS DA ESCOLA

A educação especial na escola pesquisada segue as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada pelo MEC em 2008. Para implantar esta política vários documentos legais foram lançados. O trabalho é norteado pelos seguintes documentos legais: Decreto nº. 6.571/2008, que define o Atendimento Educacional Especializado e sua forma de financiamento pelo Fundeb, Nota Técnica SEESP/GAB nº 11/2010 contendo orientações para institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em salas de recurso; Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 – MEC/SEESP/GAB que trata dos profissionais de apoio para alunos com necessidades especiais e transtornos globais do desenvolvimento matriculado nas escolas comuns da rede pública de ensino e Resolução MEC/CNE/CEB nº 4/2009, que institui as diretrizes operacionais do AEE na Educação Básica. Neste documento podemos destacar as seguintes orientações:

“O AEE tem função complementar ou suplementar a formação do aluno por meios da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”.(Art, 2º).

Com base nesses documentos entendemos que papel da Educação Especial na escola, através do AEE passa a ter um papel complementar e/ou suplementar ao ensino comum, que a atuação dessa modalidade de ensino se inicia na educação infantil justificando, a implantação do AEE nesse nível de ensino. O atendimento educacional especializado, não caracteriza e não pode substituir as funções do professor responsável pela sala de aula da escola comum de ensino regular, que tem alunos com deficiência.

Esclarece ainda que entre os serviços de Educação Especial que o sistema deve prover ao profissional de apoio às atividades de locomoção, higiene e alimentação auxiliando individualmente os alunos que não realizam essas atividades com independência.

Para além das práticas pautadas em documentos legais existentes na escola, entende-se a importância do papel da educação infantil no sentido de oportunizar ao educando, logo nos primeiros anos de vida, estímulos e vivências significativas que

irão se transformar em aprendizagens e muni-los de competências e conhecimentos que poderão ser acessados mais tarde, no ensino fundamental.

Assim, fica clara a importância da Educação Inclusiva na Educação Infantil e mais ainda as peculiaridades da atuação do professor do AEE junto a esses alunos. Compreendemos então que essa atuação vai além do atendimento individual devendo perpassar o ambiente da sala de aula comum com todos os seus outros fatores que irão influenciar de forma direta ou indireta no sucesso do processo de inclusão.

A inclusão na Educação Infantil diferencia-se daquele que ocorre nos demais níveis de escolarização, pois, além da aprendizagem cognitiva devemos levar em conta as questões referentes à estimulação essencial, adaptação e socialização. Sendo assim, entendemos que o principal espaço, aquele do qual a criança deve se apropriar inicialmente é o espaço da sala de aula e ali se entender como sujeito que age e interage social e pedagogicamente. Para tanto a atuação do professor de AEE deve ser no sentido de orientar, apoiar, subsidiar, buscar meios de estratégias e técnicas que auxiliam o professor da sala de aula comum no seu trabalho diário e assim facilitam a apropriação por parte do aluno.

Dessa forma o AEE poderá acontecer em dois espaços de acordo com as necessidades de cada aluno, sala de aula na qual o aluno se encontra incluído e na sala de recursos multifuncional. Esse é um trabalho que não tem caráter e deve acontecer em parceria entre todos os envolvidos na inclusão do aluno, pais, professores, direção, coordenação e demais membros da comunidade escolar.

#### 4 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Acredito que o profissional da Educação, principalmente aquele que trabalha, planeja, executa e está diretamente com as crianças, em especial com crianças que possui necessidades especiais, precisam ser ouvidos e sua fala deve sempre ser registrada e escutada.

Diante desta consideração, cabe mencionar que neste estudo foram realizadas as entrevistas com a diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica e a educadora especial que trabalham com o público alvo desta pesquisa. As entrevistas foram respondidas e logo depois de analisadas as escritas conforme a literatura encontrada sobre o tema.

Após a etapa de coleta de informações, que se constitui de análise documental, entrevistas e observações foi realizada uma análise de conteúdo, tendo como base a metodologia de Bardin (1977). A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos, textos e falas dos entrevistados. Esta pode ocorrer no nível manifesto, quando utiliza aquilo que é dito, e no nível latente, que quando há preocupação em verificar o significado da resposta, aquilo que está além do fato, o que está implícito nas entrelinhas.

De acordo com o autor Bardin (1977), a análise de conteúdo consiste em um método para descobrir os significados de uma mensagem. Qualquer que seja sua forma de expressão. Por meio de procedimentos sistemáticos de descrição e análise do conteúdo das mensagens, possibilita a obtenção de índices e indicadores, bem como permite inferências que conduzem à interpretação desses significados.

Com a análise de conteúdo, conseguimos buscar o que está implícito no discurso e manifestações dos participantes da pesquisa. Segundo Moraes (1994), a análise de conteúdo é de certo modo a interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem os dados. Desta forma, a análise de conteúdos traz consigo a interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação aos dados coletados tornando-se possível uma leitura neutra, leitura que se constitui a interpretação dos acontecimentos. Esta interpretação está intimamente ligada ao contexto em que a comunicação se processa.

Ludke e André (1986) consideram que outro ponto importante nesta etapa é a consideração do conteúdo latente do material. É preciso que a análise se restrinja somente ao que está explícito no material, mas que busque ir mais ao fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões conflitantes e assuntos silenciados.

Após a análise dos materiais e das informações coletadas na escola e com as participantes da pesquisa, emergiram três categorias: O perfil dos entrevistados, O conceito da inclusão e a Gestão Educacional e os Processos da Inclusão Inclusiva.

Apresento, neste momento, uma tabela para visualização dos caminhos percorridos na construção deste estudo:

<b>OBJETIVO GERAL</b>
Investigar como se dá o processo de implantação das políticas de Educação Inclusiva numa Escola de Educação Infantil em Santa Maria / RS.
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar a necessidade de se repensar e refletir como são implantadas as políticas públicas de Inclusão numa escola de Ensino Infantil da Rede Municipal.</li> <li>- Analisar as políticas da Educação Infantil e a Educação Inclusiva como um todo.</li> <li>- Averiguar se a partir das leis que constam em documentos procede na realidade da escola pesquisada.</li> </ul>
<b>PROBLEMA</b>
Como são implantadas as Políticas Públicas de Inclusão numa escola de Educação Infantil da Rede Municipal.
<b>QUESTÕES DA ENTREVISTA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A instituição tem uma política de inclusão? Descreva como ela está sendo implantada.</li> <li>- Qual seu ponto de vista sobre como vem ocorrendo a inclusão na escola?</li> <li>- Que movimento você como gestor vem fazendo no sentido de implantar a Política de Inclusão na escola?</li> </ul>
<b>INSTRUMENTOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise documental do: Plano Nacional de Educação, Políticas Públicas de Educação Inclusiva, Plano Municipal de Educação.</li> <li>- Projeto Político Pedagógico da escola.</li> <li>- Entrevista com a diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica e a educadora especial.</li> <li>- Observações</li> </ul>

**ANÁLISE DOS DADOS**

- Análise de Conteúdo.

#### 4-1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Para melhor compreensão de quem são os sujeitos que participaram da pesquisa, criou-se uma parte específica dentre as análises para caracterização do perfil das 4 (quatro) professoras, destaco que todas tiveram experiência com Educação Inclusiva.

Faz-se necessário salientar que todas as entrevistadas receberam nomes fictícios como forma de preservar suas identidades.

**Tabela 1: Caracterização das entrevistadas**

<b>NOMES</b>	<b>IDADE</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>TEMPO DE DOCÊNCIA</b>	<b>TEMPO DE DOCÊNCIA (NA ESCOLA)</b>
<b>Elisângela (Vice-diretora)</b>	36 anos	Pedagogia Pré-escolar (2004) / Especialização em Alfabetização	10 anos	6 anos
<b>Maria Clara (Educadora Especial)</b>	51 anos	Educação Especial – DM / Especialização em Psicopedagogia e AEE	19 anos	9 anos
<b>Juliane (Coordenadora Pedagógica)</b>	35 anos	Pedagogia / Especialização em Docência na Educação Infantil	12 anos	9 anos
<b>Rose (Diretora)</b>	50 anos	Pedagogia/ Especialização em Educação Infantil/ Gestão/ Mestrado	22 anos	12 anos

Percebe-se que através da leitura do quadro que as entrevistadas tinham idade entre 35 e 50 anos, com diferentes anos de experiência na docência, na escola e de campo de estudo. Conforme consta na LDB (Lei nº 9394/96), para atuar

como docente na Educação Infantil é exigido como formação mínima o curso de magistério em nível médio e como meta a formação superior para poder exercer em sala de aula.

Nota-se que, através de análise do quadro acima que 3 das 4 professoras entrevistadas possuem formação em nível superior em pedagogia, sendo que 1 delas possui formação em Educação Especial. Verificamos ainda que dessas 4 professoras 1 possui pós-graduação em Gestão Educacional, mas claro, não desmerecendo as demais, pois suas formações que se completam quando consideramos a prática como a importância de uma formação de anos de estudo e conhecimentos adquiridos para poder estar a onde estão, pois o que podemos perceber que os seus tempos de docência e tempo de docência na escola não são poucos. Dessa forma, constatamos que nessa escola, as entrevistadas possuem formação maior do que a exigida como formação mínima pela lei.

É importante também destacar, que dentre as perguntas feitas para as professoras todas salientam a importância deste trabalho visando à inclusão na Educação Infantil. Constatamos assim, que as professoras já trabalharam com crianças com diferentes necessidades especiais conforme consta nas transcrições das entrevistas e aos longos diálogos que tivemos no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa.

Ao abordar a questão de como vem ocorrendo à inclusão na escola, nos deparamos com várias técnicas e métodos pensados para o ensino desses alunos incluídos. Encontramos nos discursos e pensamentos das professoras entrevistadas a qualidade da Inclusão na Educação Infantil, onde tentam manter-se atualizadas com leituras, informativos quanto às legislações vigentes.

Assim, ao analisar as Políticas Educacionais Inclusivas encontra-se em seus textos a necessidade de um trabalho articulado entre o ensino regular e a educação especial. Desse modo, conseguiríamos consolidar a educação inclusiva e promover uma educação de qualidade para todos. Entretanto, observar que existe uma separação entre o comum e o especial, no sentido de cada um lidar de uma parte de educação do aluno com necessidades especiais e que, muitas vezes, somente o AEE desenvolve ações para esses alunos, já que, em alguns casos, o aluno incluído é apenas mais um na sala de aula regular.

Segundo Garcia (2009, p. 136) salienta que:

Ainda que as políticas públicas de inclusão escolar toquem em alguns conceitos que poderiam ter alguma força de significação na direção de modificar práticas pedagógicas, a lógica que orienta tais políticas fortalece a hierarquização dos saberes, a especialização das atividades com os alunos como elemento desvio, ratificam a autonomia da educação especial e, relação à educação básica. A configuração que assume o trabalho pedagógico voltando aos sujeitos com deficiência mediante as políticas de inclusão escolar favorece a reposição do modelo tradicional de educação especial.

Ao abordar as participantes da pesquisa, sobre o ponto de vista sobre a inclusão e a implantação das políticas de Inclusão na escola, observou-se que as mesmas alteram algumas condutas para se adequar às referidas Leis. Pode-se exemplificar com as seguintes declarações:

“(...) Acontece, de forma tranqüila e efetiva. Na Educação Infantil a inclusão acontece 100 em sala de aula, as crianças com deficiência são recebidas e inseridas no contexto escolar igual às outras crianças, sendo sempre respeitado seu tempo, suas necessidades e bem estar (...)”. (Juliane)  
 “As políticas públicas nos dão um embasamento sobre o que e como devemos fazer, mas a realidade de cada aluno é respeitada, entendo que ela serve para auxiliar nosso trabalho e não para que sejamos escravos dela”. (Maria Clara)

Através dos depoimentos que foram transcrito e citado a cima, pode-se perceber que as políticas públicas de inclusão têm uma importância no tangenciamento das ações desenvolvidas no AEE; entretanto, são consideradas como um norteador e não como uma verdade absoluta, já que a realidade de cada aluno deve ser respeitada. Assim, pode-se inferir que as Políticas Públicas de Inclusão influenciam o espaço escolar, mas são tomadas como possibilidade e não como obrigatoriedade.

#### **4-2 O CONCEITO DE INCLUSÃO**

A palavra ou termo conceito, segundo o dicionário Michaelis Online, significa aquilo que o espírito concebe ou entende; ideia; noção, opinião. Sendo assim nessa parte da análise, queremos entender/compreender qual é o ponto de vista das professoras sobre como vem correndo a inclusão na escola e se a escola tem uma Política de Inclusão, podendo descrever como ela está sendo implantada. Mencionando juntamente o conceito de inclusão para que possamos compreender

com coerência e êxito suas Políticas Públicas de como acontece numa escola municipal de Santa Maria.

**Tabela 2: a instituição tem uma política de inclusão? Como vem ocorrendo a inclusão na escola?**

Nomes	RESPOSTAS
<b>Elisângela (Vice-diretora)</b>	Sim. São incluídas em turmas regulares onde temos duas educadoras especiais no momento que atendem 20 horas e 10 horas que também fazem seus atendimentos na sala do AEE. Acredito que todos têm o direito de usufruir os recursos que a escola oferece onde acolhamos juntamente seus familiares onde juntamente realizamos um trabalho conjunto para que busquemos o caminho adequado para o processo formativo de todos que possui ou não necessidades especiais ou deficiência.
<b>Maria Clara (Educadora Especial)</b>	Sim. Vem sendo implantada segundo as orientações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva. Dá-se em todos os âmbitos que envolvem o cotidiano da escola e juntamente com um trabalho em conjunto com: direção, coordenador, funcionários, auxiliares, famílias, neurologista, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, APAC, CAPS.
<b>Juliane (Coordenadora Pedagógica)</b>	Sim. Há mais de dez anos, sendo que hoje somos referência na Educação Infantil. Acontece de forma tranquila e efetiva, acontece nas salas de aula onde são recebidas e inseridas no contexto escolar respeitando seu tempo, necessidades e bem estar.
<b>Rose (Diretora)</b>	Sim. A Política de Inclusão vem sendo implementada há muitos anos por toda a equipe, também temos a sala do AEE. A inclusão está sendo aberta a novas propostas e dando autonomia as educadoras.

Na leitura do quadro acima é possível perceber que as respostas das entrevistadas são diferentes, mas está na mesma trajetória de raciocínio de pensamento. No entanto, elas respondem, de modo geral, que a escola possui sim uma Política de Inclusão e que ela vem ocorrendo a partir das práticas realizadas pelas duas educadoras especiais responsáveis pelo Atendimento Especializado tanto na sala de aula como na sala do AEE. Também possuem o conhecimento da Política Nacional da Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva para que possam realizar suas práticas de forma adequada e com qualidade.

Saliento também a importância do trabalho que a escola realiza em grupo com as demais áreas para que possam auxiliar de forma adequada de acordo com

cada necessidade especial, sendo eles: psicóloga, fisioterapeuta, neurologista, fonoaudiólogo e os demais solicitados no quadro acima. Pois cada aluno possui sua personalidade, tempo, potencialidade, histórico familiar e suas vivências que são a partir desses compartilhamentos que os educandos realizam sua trajetória de realização á cada aluno incluído.

Através da leitura do quadro é possível perceber que as entrevistadas têm o desejo de expandir seus conhecimentos e melhorar as condições de trabalho. Sendo assim de acordo com a realização destas perguntas e respostas obtidas consideramos que a Educação Inclusiva não se trata apenas de garantir vagas nas instituições, não é apenas a simples presença em sala de aula.

Educação Inclusiva significa reestruturar práticas pedagógicas vivenciadas na escola, que possam possibilitar que as pessoas com necessidades convivam em ambientes onde os indivíduos aprendem a respeitar e a lidar com a diversidade e a diferença. (RÉUS e CAVALAR, 2010). Significa transformar escolas em espaços que valorizam as diferenças culturais, sociais, emocionais e físicas e que possa atender as necessidades educacionais de cada indivíduo.

Para a efetivação desta pratica, para alcançar uma escola inclusiva e de qualidade é preciso mudança de olhares, tanto dos educadores quanto dos gestores. É necessária a construção de uma mentalidade inclusiva por todos os profissionais da escola. É essencial e importantíssimo contar com redes de apoio a inclusão.

Sendo assim segundo Lima (2006) onde se refere à discussão sobre integração/integrar ele salienta:

“Tanto a integração quanto a inclusão são formas de inserção social, mas enquanto a primeira trata as deficiências como problema pessoal dos sujeitos e visa à manutenção das estruturas institucionais, a segunda considera as necessidades especiais educacionais dos sujeitos como problema social e institucional, procurando transformar as instituições. A partir da integração, podem ser buscadas as bases para uma maior interação entre alunos com deficiências, alunos sem deficiências e professores de escolas comuns. Contudo, o processo tende a ser mais lento e mais sujeito a retrocessos. A inclusão exige medidas mais afirmativas para adequar a escola a todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais”. (LIMA, 2006, p. 24).

Considerando assim necessário ainda abordar a importante menção da professora Maria Clara segundo ela: “existe um repensar continuo sobre qual a

melhor forma, método, recurso para cada aluno em específico, onde isso nos permite flexibilidade de pensamento e consequências das práticas no dia a dia da escola. Neste trecho, a partir dos apontamentos de Maria Clara, podemos perceber o quanto é importante e indispensável à construção e o fortalecimento de uma mentalidade inclusiva. Sabemos que a inclusão é um processo (Lima, 2006) diz que esses processos inclusos devem contemplar as diferenças e as necessidades sejam elas: sociais, religiosas, raciais, físicas, familiares, culturais, econômicas, entre outras. “ Pois, é a construção de uma sociedade que interaja e conviva com as pessoas com necessidades especiais, que pode resultar em uma sociedade verdadeiramente inclusiva “. (LIMA, 2006, p. 36)”.

#### **4-2 A GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação inclusiva fundamenta-se numa filosofia que aceita e reconhece a diversidade na escola, garantindo o acesso a todos à educação escolar, independente das diferenças. O valor principal que norteia a ideia de inclusão está calcado no princípio da igualdade e diversidade, concomitante com as propostas de sociedade democrática e justa. Fundamenta-se na concepção de educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade dos alunos e realizando o atendimento às suas necessidades educativas. Sendo que implica nas adaptações diante das diferenças e das necessidades individuais de aprendizagem de cada aluno.

Uma das possibilidades de construção da escola inclusiva é a aproximação dos sujeitos, diante a descentralização do poder, a municipalização pode proporcionar a aproximação da comunidade e da escola. Sendo que a gestão escolar democrática e participativa é responsável pelo envolvimento de todos de forma direta ou indireta, fazendo parte do processo educacional. Assim, o estabelecimento de objetivos, a solução de problemas, os planos de ação e sua execução, o acompanhamento e a avaliação são responsabilidades de todos.

A gestão escolar participativa e democrática proporciona à escola se tornar mais ativa e suas práticas devem ser refletidas dentro do espaço escolar e na comunidade. A participação, em educação, é muito mais que dialogar, é um processo lento, conflituoso, em que conhecer esses conflitos e saber mediá-los

torna-se uma fonte precípua. Sendo assim é necessário ouvir os pais, comunidades e órgãos de representações. Esses são caminhos que devem ser trilhados para a construção da educação inclusiva.

O primeiro passo é construir uma comunidade inclusiva que engloba o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo do processo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus saberes, a fim de desenvolver um programa de equipe em progresso contínuo; o terceiro passo envolve a criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto passo abrange a criação de tempo para realizar reflexões sobre a prática que será desenvolvida. O autor Sage destaca-se que:

O papel do diretor em provocar as mudanças necessárias do sistema em cada nível – o setor escolar central, a escola e cada turma - é essencialmente um papel de facilitação. A mudança não pode ser legislada ou obrigada a existir. O medo da mudança não pode ser ignorado. O diretor pode ajudar os outros a encararem o medo, encorajar as tentativas de novos comportamentos e reforçar os esforços rumo ao objetivo da inclusão. (SAGE, 1999, p. 135).

O autor destaca que a burocracia, nas escolas, reduz o poder de decisão dos professores, provocando serviços despersonalizados e ineficientes, impedindo a consolidação do modelo de trabalho cooperativo essencial para a educação inclusiva. Acrescenta que o desenvolvimento da equipe proporciona a oportunidade de identificar lideranças na unidade escolar, o que encoraja a ajuda mútua entre os professores e assim reforça comportamentos cooperativos. O gestor escolar pode colaborar com o estabelecimento da colaboração, no ambiente escolar, com o aprimoramento do contato e da interação entre os professores e demais funcionários. Enfatiza que o gestor escolar é o grande responsável para que a inclusão ocorra na escola, abrindo espaços e promovendo trocas de experiências, desenvolvendo uma gestão democrática e participativa dentro, é claro, de suas possibilidades e de acordo com o contexto em que atua na comunidade, favorecendo a formação e a consolidação da equipe de trabalho.

Considerando que a Educação Inclusiva necessita proporcionar, em suas práticas cotidianas, um clima organizacional favorável que estimule o saber e a cultura, proporcionando aos alunos o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, éticos, políticos, humanos, para que se tornem emancipados e autônomos.

Acreditamos que isso só será possível se houver uma gestão escolar capaz de enfatizar os processos democráticos e participativos no cotidiano escolar. Há, portanto a necessidade de promover uma mudança social e educacional, abandonando práticas individualizadas e fomentando a ação coletiva.

Portanto para que haja aquisição de competência para a gestão inclusiva só poderá ser adquirida por meio de prática continuada, reflexiva e coletiva, pois a educação inclusiva é o resultado do comprometimento com a educação de todos os alunos e de toda a escola. É preciso uma escola toda para desenvolver um projeto de Educação Inclusiva.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (BRASIL, 1997, p.5).

A relação entre a gestão escolar e a educação inclusiva é proposta nova de trabalho e pode ser observada em alguns documentos oficiais (nacionais e internacionais). Em alguns casos, essa relação não está explícita, mais nas entrelinhas dos documentos.

Então saliento que consideramos relevantes que na Lei (BRASIL, 1996), encontramos a regulamentação da gestão democrática das escolas públicas e a transformação do projeto político pedagógico delineando-se como um instrumento de inteligibilidade e fator de mudanças significativas. O Artigo 14 estabelece os princípios da gestão democrática, pois garante “a participação dos profissionais da Educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola”. Com o estabelecimento da lei, é expressa a participação de todos na elaboração do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar. Acreditando que, quando todos participam e se sentem responsáveis bem como compromisso com aquilo que fazem, concretiza-se a construção coletiva do projeto da unidade escolar.

A gestão democrática e participativa pressupõe a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, por se tratar de um trabalho em conjunto. Conforme estabelecido, na LDBEN (BRASIL, 1996), a participação na construção coletiva está assegurada, pois reconhece a escola como espaço de autonomia.

Os documentos não dizem de forma específica o papel do gestor, mas se propõe a reorganizar os sistemas e dar uma diretriz na formação dos professores, indicando possibilidades de ação da gestão. Ao tratar sobre as orientações de ensino sempre será recomendado à participação dos professores, gestores, pais, responsáveis e demais profissionais na elaboração e avaliação de propostas que visam à implementação dessas políticas; desenvolvimento do trabalho cooperativo e reflexivo entre professores e demais profissionais da educação, valorizando os saberes da comunidade e o percurso escolar dos alunos; fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão visando à inclusão escolar e a educação especial, contribuindo para o desenvolvimento da prática.

Diante deste exposto, percebemos a relevância do papel da gestão escolar diante da construção da escola inclusiva, pois cabe à gestão escolar garantir a acessibilidade aos alunos com necessidades especiais, bem como a gestão democrática e participativa que garantam a possibilidade de modificação do atual sistema de educação escolar.

Concluindo que a atuação do gestor escolar tem grande valia na tarefa de construir uma escola para todos. A Educação Inclusiva exige adaptações que priorizam a formação dos recursos humanos, financeiros e materiais, juntamente com a prática voltada para o pedagógico. Garantir, ratificamos a eliminação das barreiras arquitetônicas, facilitar o transporte escolar e promover ações que facilitam a comunicação. Assim torna-se relevante o contato direto e constante com pais e demais profissionais (internos e externos). Outro fator que deve ser ressaltado é a promoção das adaptações curriculares e os arranjos satisfatórios com apoio do especialista, proporcionando sua presença na sala de recursos.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idealização e a construção de uma escola de qualidade para todos na filosofia inclusiva é almejada por muitos gestores, professores, alunos, pais e sociedade. Entretanto, essa utopia exige modificações profundas nos sistemas de ensino, partindo de uma Política Pública efetiva de Educação Inclusiva, que deve ser gradativamente sistemática, contínua e planejada sempre com o intuito de oferecer aos alunos com necessidades especiais uma educação de qualidade que proporcione tanto na prática, como na ação docente, na aprendizagem e nas relações intersociais de superação de qualquer dificuldade que se interponha na construção de uma escola democrática.

A maioria dos documentos legislativos como vimos na pesquisa referente às Políticas Públicas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva presente nesta pesquisa apresentou como princípios do direito do aluno com necessidades especiais: a educação, ao acesso e permanência na escola, a formação e qualificação dos professores, métodos, currículos, recursos, organizações e clara estrutura adequada pra construir uma educação satisfatória. Mas sabemos que sempre existem dificuldades, entraves, como Mantoan (2006, p. 24) ressalta:

(...) a resistência das instituições especializadas a mudanças de qualquer tipo; a neutralização do desafio á inclusão, por meio de políticas públicas que impedem que as escolas se mobilizem pra rever suas práticas homogeneizadoras, meritocráticas, condutistas, subordinadores e, em consequência, excludentes; o preconceito, o paternalismo em relação aos grupos socialmente fragilizados, como o das pessoas com deficiência.

Portanto é de grande valor enfatizar e lembrar que são promissores os discursos presentes nas Políticas Educacionais Inclusivas. Pois houve um avanço elevado nos números de matrículas da rede de ensino regular de alunos com necessidades especiais, o que é significativo, porém permaneceu em dados qualitativos, onde é de urgência a qualidade da educação para todos.

Mas sabemos que há interferências, controle, supervisão e avaliação de organismos financeiros e internacionais. Tais como: O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, onde o consentimento é por parte do Estado e Município, que continua desejando e almejando sempre novas políticas com caminhos positivos e ações promissoras, coerentes e transformadoras nos sistemas

educacionais inclusivos, para que haja uma escola com espaço fundamental na valorização da diversidade e garantindo a cidadania de cada um em momentos que apresentam limitações, potencialíssimo e habilidades.

Com isso concluo minha pesquisa esperando grandes surgimentos de novas Políticas na Perspectiva da Educação Inclusiva, com base em reformas e propostas que possam ser discutidas, aprofundadas, reinventadas, e de preferência bem sucedidas no cenário educacional especial inclusivo, pois as discussões não se limitam em um só pensamento. Mas que pretende investigar novas leituras, análises, considerações e atitudes favoráveis a uma Política de Educação para todos sem estigmas, discriminação e segregação.

## 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARRETO, Ângela Rabelo. **Salto para o futuro** – Edição especial Matrícula na Educação Infantil: Desafios e encaminhamentos. Ano XXII – Boletim 8, Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org/fotos/salto/séries/12040508EEMatrículaEduInfantil.pdf>. (acesso em 12-06-16) BELO HORIZONTE. Legislação 8.679 de 11 de Novembro de 2003. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislação/236625/lei-8679-03-belo-horizonte-0>. (acesso em 14-06-16)

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1998**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Decreto nº. 5.296**, de 2 de Dezembro de 2004. Regulamento as Leis nº. 10.048, de 8 de Novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica, é 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de Dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> (acesso em 16-07-2016)

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de Novembro de 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br//ccivil\\_03/constituição/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br//ccivil_03/constituição/Emendas/Emc/emc59.htm). (acesso em 19-07-16)

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). (acesso em 09-06-16)

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.HTM). (Acesso em 09-06-16)

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos** – Orientações gerais – Julho de 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ensfund/noveanorienger.pdf>. (acesso em 11-06-16)

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 07 de Janeiro de 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. (acesso 10-06-16)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEC. 2011)

BUJES, Maria Isabel Edelweiss, **Escola Infantil: Pra que te quero?** (livro: Educação Infantil pra que te quero? CRAIDY E KAERCHER. Porto Alegre: Artmed, 2001)

CAMPOS, Maria Malta. **Educar e Cuidar: questão sobre o perfil do profissional de Educação Infantil**, in: BRASIL. MEC/SEF/COEDI, por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. Brasília, 1994.

CASTRO, Grazielle Vieira Maia de. **A inclusão na Educação Infantil em uma escala da Rede Ensino da Prefeitura de Belo Horizonte vista pelos seus protagonistas**. Pontifca Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte, 2011.

CRAIDY, Carmem, KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DALBEN, Ângela I.L. Freitas; AMARAL, Ana Lúcia, et al. **Educação Infantil: o desafio da oferta pública**. Belo Horizonte, 2002.

FLÔR, Dalânea Cristina. DURLI, Zenilde, organizadoras. **Educação Infantil e Formação de Professores**. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 2012.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 e 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil ele é fundamental**. Educ. Soc. Campinas, vol. 27, n.96 – Especial, p.797 – 818, out.2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação,2010.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha**. In:\_\_: PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: pontos e contra pontos. São Paulo: Summus, 2006, p. 15-29.

OLIVEIRA; Zilma de Moraes de. **O currículo na Educação Infantil: o que propõe as novas diretrizes nacionais?** Agosto de 2010.

PEREIRA, Cleide Lucia. SANTOS, Marilane. **Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre avanços no Brasil após a Declaração de Salamanca**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 265-274. 2009 – [catolicaonline.com.br/revistadacatolica](http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica).

RÉUS, Núbia Rosemari Miraia e CAVALARI, Nilton. **A educação Inclusiva no Brasil**. Caderno multidisciplinar de pós-graduação da UCP, Pitanga, v.1, n.2, p.202-215, Fev.2010.

SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs). **Inclusão: Um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 129 -141.

SECCHI, Leusa de Melo, ALMEIDA, Ordália Alves. **Um tempo vivido.** Uma prática exercida, uma história construída: o sentido do cuidar e do educar. GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos / n.07, 2006 – Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT07-3333-Int.pdf>. (acesso em 06-05-2016)

SILVA, Isabel de Oliveira e; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Educação Infantil: bases históricas, políticas e sociais.** Educação Infantil no Brasil: direitos, finalidades e a questão dos profissionais. Belo Horizonte: FaE/UFMG,2008.

VEIGA, Márcia Moreira. **A inclusão de Crianças deficientes na Educação Infantil.** Paidéia, Jan/Jul. 2008, ano V, n.4, p.169-193.

WIGGERS Verena. **As orientações pedagógicas da Educação Infantil em municípios de Santa Catarina.** São Paulo: PUC/SP, 2007.